

A CONTROVÉRSIA RELIGIOSA NA IDEIA DA CONSTRUÇÃO DO CRISTO
REDENTOR: UMA ANÁLISE DAS DISPUTAS ENTRE PROTESTANTES E
CATÓLICOS NO RIO DE JANEIRO EM 1923

Sara de Andrade Melo

“Não blasfemem contra Deus nem amaldiçoem uma
autoridade do seu povo” (Êxodo 22:28)

INTRODUÇÃO

“(…) E' mundo inteiro o que ella cobiça! No Oriente, no Egypto, na Oceania, por toda parte encontra-se os fementidos missionários assistidos pelos milhões de dollares destinados a comprar os catholicos, iludindo-os, fascinando-os com institutos, clubs, sociedades, melhoramentos, materiaes, em troca da Verdade e da salvação das almas!

E' uma anti-cruzada diabolica... (…)” (“A União”, 14-10-923)

O trecho citado acima revela o ataque do periódico católico “A União” aos protestantes, acusando-os de realizar uma “anti-cruzada diabólica” em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. A crítica argumenta que os missionários evangélicos, respaldados por recursos financeiros internacionais, buscavam persuadir os católicos a abandonarem sua fé. Esse esforço de conversão ocorreria por meio de estratégias que envolviam a “ilusão” através de benefícios materiais, como a criação de “clubs”, sociedades e outras iniciativas de apoio comunitário. O objetivo, de acordo com o periódico, seria desviar os católicos da “verdade”, que, em sua visão, estaria exclusivamente contida na doutrina católica. Esse tipo de discurso reflete uma postura de resistência e defesa que muitos setores da Igreja Católica adotaram

frente ao avanço das denominações protestantes no Brasil, especialmente diante do crescimento do movimento missionário protestante que marcava o início do século XX.

Essa crítica também revela um temor subjacente: o impacto da presença protestante sobre a hegemonia católica no Brasil. Desde a chegada dos primeiros missionários protestantes, havia uma preocupação constante de que eles “minassem” a influência da Igreja Católica entre a população brasileira, sobretudo nas regiões onde a assistência social e a oferta de serviços educacionais se faziam mais presentes. A crítica do periódico “A União” não apenas acusava os protestantes de buscar conversões, mas também de usar estratégias que seduziam os católicos através de instituições e melhorias sociais. Tal visão reflete um momento de disputa pela alma da nação, em que a questão da conversão religiosa se tornava uma batalha de narrativas sobre a verdadeira forma de ser cristão.

Esse ataque, publicado em 1923, deve ser compreendido dentro do contexto histórico e religioso do Brasil da época, que vivia sob a Constituição de 1891. Essa Constituição, ao proclamar a separação entre Igreja e Estado, representou um marco de laicidade para o país, que oficialmente não privilegiaria nenhuma religião. Contudo, apesar desse princípio constitucional, a influência da Igreja Católica permaneceu visível em diversos aspectos da vida pública, incluindo a celebração de festas religiosas. Por exemplo, em 16 de outubro, o Dia de São Geraldo era comemorado, mesmo que a presença de festividades religiosas católicas em um Estado laico fosse, de certa forma, contraditória. Essa tensão entre a laicidade oficial e as práticas religiosas populares criava um terreno fértil para disputas de caráter religioso e político, em que a Igreja Católica buscava manter seu status quo enquanto os protestantes ganhavam espaço em diferentes áreas do país.

Nesse cenário de disputas religiosas e reconfiguração social, surgiu a ideia da construção do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, um monumento que, para muitos, representava a reafirmação do ideal católico em um país que ainda possuía uma maioria populacional católica. A proposta de erguer a imagem de Cristo no alto do Corcovado refletia, assim, um desejo de consolidar a presença da Igreja Católica na paisagem cultural e espiritual do país. Para os católicos, o Cristo Redentor seria um símbolo da fé católica que dominava o imaginário social e religioso do Brasil. A ideia de uma grande estátua de Cristo de braços abertos sobre o Rio de Janeiro não era apenas um projeto arquitetônico, mas um manifesto de poder e presença da Igreja Católica sobre um país que, embora oficialmente laico, mantinha a Igreja como uma instituição central em sua formação histórica e cultural.

Entretanto, a iniciativa não ocorreu sem controvérsias. Apesar da grande presença de católicos no Brasil, o projeto encontrou resistência, inclusive entre grupos que também se identificavam como cristãos, mas não partilhavam do mesmo entendimento sobre o papel das imagens religiosas e do simbolismo do monumento. As denominações protestantes, em especial as igrejas presbiterianas e batistas, viam a construção da estátua como uma reafirmação de práticas que consideravam incompatíveis com a fé cristã, como o culto a imagens. Essas igrejas, influenciadas pela tradição reformada, viam na idolatria um dos grandes desvios do catolicismo, e a construção de um monumento de tamanha visibilidade era vista como uma tentativa de impor simbolicamente uma visão de cristianismo com a qual não concordavam.

A reação protestante foi marcada por discursos que enfatizavam a pureza da fé cristã sem a mediação de imagens, reforçando a ideia de que o culto deveria ser baseado apenas nas Escrituras. Essa oposição se manifestou em artigos de jornais, sermões e debates públicos, nos quais os líderes protestantes argumentavam que a proposta do Cristo Redentor contrariava princípios fundamentais da fé evangélica. Para os protestantes, a construção do monumento representava uma tentativa de reafirmar o catolicismo como a verdadeira expressão do cristianismo em um momento em que as igrejas protestantes buscavam consolidar sua presença e atrair mais adeptos no Brasil.

Essa reação, que se estendeu por discussões em periódicos, igrejas e espaços públicos, trouxe à tona um debate que ultrapassava as fronteiras religiosas e adentrava o campo político. A construção do Cristo Redentor não era vista apenas como um projeto arquitetônico, mas como uma disputa por hegemonia religiosa em um contexto de transformações sociais e culturais. A resistência protestante indicava uma preocupação com o futuro do cristianismo no Brasil e com a possibilidade de que a Igreja Católica continuasse a influenciar de forma determinante os rumos da nação, mesmo em um contexto laico.

Dessa forma, a construção do Cristo Redentor foi exclusivamente um empreendimento da Igreja Católica ou contou com a colaboração de autoridades políticas governamentais? Além disso, como as igrejas cristãs não católicas perceberam a ideia de construção do Cristo Redentor no Corcovado?

A ESTADUALIZAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: ESTRATÉGIAS E REFLEXÕES

A relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro sempre foi complexa, caracterizada por momentos de tensão e adaptação ao longo da história. A partir da década de 1920, ocorre um movimento importante de fortalecimento da presença da Igreja, o que resultou em uma espécie de "estadualização" da sua atuação. Este movimento visava consolidar sua influência em diversas regiões do país, o que torna necessário analisar o contexto histórico e as consequências dessa estratégia.

Voltaire, um dos principais expoentes do Iluminismo, defendia firmemente a separação entre a Igreja e o Estado, como evidenciado em suas "Cartas Inglesas". Nessas obras, ele não só defendia a liberdade religiosa, mas também a limitação do poder da Igreja Católica e do governo (Chauí, 1978). Após a promulgação da Constituição de 1891 no Brasil, que instituiu a separação oficial entre Igreja e Estado, os princípios defendidos por Voltaire se refletiram na teoria. No entanto, essa separação formal não impediu que a Igreja Católica buscasse uma reorganização para manter sua influência no novo cenário republicano. Sobre isso, José Pereira de Sousa Júnior disse:

“Com a separação, a Igreja se viu livre do Estado e suas intromissões, o qual também necessitava afirmar-se como livre e soberano. Vale salientar que o rompimento não significou distanciamento definitivo entre as duas instituições, visto que, encontros periódicos do episcopado em nível nacional e regional ocorreram ao longo do período da primeira República. Tais reuniões intencionavam, em última instância repensar a inserção sociopolítica da Igreja Católica no cenário nacional, pois a mesma ficará abalada com o distanciamento do Estado.”
(Júnior, 2015)

Visto isso, apesar da separação oficial entre Igreja e Estado, a criação de dioceses no Brasil teve um crescimento expressivo após 1892. Esse crescimento foi muito maior do que o observado nos três séculos anteriores de presença católica no país. A tese de doutorado de

Sergio Miceli Pessoa de Barros, intitulada “A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)”, analisa essa expansão no período republicano. Entre 1892 e 1923, foram criadas mais de 34 novas dioceses em 17 estados, incluindo estados do Nordeste, com exceção do Maranhão (Miceli, 1988, p. 59-60). Esse cenário contrasta com o período anterior, quando, até 1890, existiam apenas 12 dioceses em 9 estados brasileiros. A tabela a seguir ilustra o crescimento das dioceses nesse período:

Quadro I: Listagens de Dioceses Novas (1892-1923) ¹

Diocese Nova	Estado	Ano de Criação
Curitiba	Paraná e Santa Catarina	1892
Manaus	Amazonas	1892
Paraíba	Paraíba e Rio Grande do Norte	1892
Espírito Santo	Espírito Santo	1895
Maceió	Alagoas	1900
Pouso Alegre	Minas Gerais	1901
Teresina	Piauí	1905

1

(Continuação Quadro I):

Diocese Nova	Estado	Ano de Criação
Campanha	Minas Gerais	1907
Florianópolis	Santa Catarina	1908
Botucatu	São Paulo	1908
São Carlos do Pinhal	São Paulo	1908
Natal	Rio Grande do Norte	1909
Pelotas	Rio Grande do Sul	1910
Uruguaiana	Rio Grande do Sul	1910
Santa Maria	Rio Grande do Sul	1910
Aracaju	Sergipe	1910
Pesqueira	Pernambuco	1910

¹ Dados extraídos da tabela de Sérgio Miceli Pessoa de Barros, no livro "A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)". O foco desta pesquisa é até o ano de 1923, por isso foram selecionados apenas os dados correspondentes até essa data.

(Continuação Quadro I):

Diocese Nova	Estado	Ano de Criação
Uberaba	Minas Gerais	1910
Corumbá	Mato Grosso	1910
São Luís de Cáceres	Mato Grosso	1910
Barra	Bahia	1913
Caetité	Bahia	1913
Ilhéus	Bahia	1913
Cajazeiras	Paraíba	1914
Crato	Ceará	1914
Porto Nacional	Goiás	1915
Penedo	Alagoas	1916
Montes Claros	Minas Gerais	1916

(Continuação Quadro I):

Diocese Nova	Estado	Ano de Criação
Nazaré	Pernambuco	1918
Garanhuns	Pernambuco	1918
Belo Horizonte	Minas Gerais	1921
Campos	Rio de Janeiro	1922
Barra do Pirai	Rio de Janeiro	1922
Petrolina	Pernambuco	1923

Para uma visão mais clara sobre a expansão das dioceses e o contexto histórico da relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiros ao longo da Primeira República, apresento a seguir um resumo dos principais eventos e suas implicações para ambas as instituições.

Quadro II:

Período	Expansão das Dioceses	Relação Igreja-Estado	Análise e Contexto
1892-1923	Criação de mais de 34 dioceses em 17 estados brasileiros, incluindo regiões antes menos assistidas pela Igreja.	Separação oficial entre Igreja e Estado após a Proclamação da República em 1889. Apesar disso, a Igreja busca reaproximação pragmática com os governantes locais.	O aumento das dioceses reflete a estratégia de fortalecimento da Igreja para manter sua relevância social e política após a separação formal do Estado.
1920- 1930	Início da Restauração Católica e estadualização da Igreja, consolidando sua presença em diversas regiões do Brasil.	A colaboração entre a Igreja e o governo se intensifica, com ambos visando a manutenção da ordem social.	A Igreja reforça sua influência sobre a população e torna-se um aliado importante para o Estado na contenção de movimentos revolucionários.
1931	Construção do Cristo Redentor, marco simbólico da reaproximação entre a Igreja e o Estado.	A presença ostensiva de membros do governo nas cerimônias e o decreto presidencial que permitiu a construção indicam uma nova mentalidade.	A colaboração do Estado na construção do Cristo Redentor exemplifica o apoio oficial à Igreja mesmo em meio a críticas sobre a neutralidade estatal.

Com base nos dados apresentados, o aumento no número de dioceses a partir de 1892 demonstra uma mudança significativa na relação entre a Igreja e o Estado brasileiro após a Proclamação da República em 1889. Com o fim do regime monárquico e a separação entre Igreja e Estado, a Igreja Católica percebeu a necessidade de reorganizar e fortalecer sua presença em todo o território nacional, buscando alcançar regiões até então menos assistidas.

Esse processo de expansão reflete o esforço da Igreja em se adaptar ao contexto republicano, visando manter sua relevância em um país que, até a queda do Império, reconhecia o catolicismo como religião oficial. Barros observa:

“Neste contexto, o catolicismo também começava seu movimento “silencioso” articulado pela elite eclesiástica no Brasil para promover a reaproximação do catolicismo com o poder republicano que foi testado durante toda a República Velha, e sua política de reestruturação se ligava de forma pragmática em cada região com os interesses dos governantes locais e foi então a mais dinâmica frente de expansão da organização eclesiástica” (Miceli, 1988, p. 83).

Essa análise indica que a Igreja buscou se reorganizar, criando vínculos pragmáticos com os interesses políticos regionais. Essa estratégia visava expandir sua organização eclesiástica, mantendo-se próxima aos governantes e adaptando-se às especificidades regionais. Isso foi fundamental para a Igreja Católica manter sua influência em um período em que sua posição oficial havia sido desafiada pelo laicismo do Estado.

Ainda sobre isso, Barros afirmou que era possível identificar duas estratégias que predominaram o contexto mais geral da “estadualização” da Igreja Católica:

“Naqueles estados menos importantes em termos de valor de sua contribuição econômica, demográfica e política, a organização eclesiástica buscou assentar suas possibilidades de

expansão e consolidação em alianças explícitas com algumas facções oligárquicas dominantes. (...) A outra modalidade de "estadualização" do poder eclesiástico ocorreu nos estados mais desenvolvidos do país. (...) Dispunha desde logo de recursos organizações de culto como a rede de seminários e escolas secundárias católicas (...)" (Barros, 1985, p.68, 69)

Considerando o exposto, podemos inferir que a Igreja Católica tinha um plano estratégico para preservar sua influência. Esse plano foi gradualmente implementado algumas décadas depois, a partir da década de 1920. O objetivo desse projeto era a estadualização da Igreja, visando fortalecer sua posição em diferentes regiões e disseminar uma ideologia alinhada aos interesses do Estado brasileiro (Gomes, 2008, p.101). Essa estadualização representou a estratégia adotada pelo catolicismo para consolidar sua presença durante o período da República Velha (Gomes, 2008, p.90).

Podemos observar que, a partir da década de 1920, a Igreja Católica adotou um plano estratégico de reaproximação com o Estado, caracterizado como a "Restauração Católica". De acordo com Azzi:

“Duas são as ideias que dominam os líderes do catolicismo: maior presença da Igreja, e colaboração efetiva com o governo..Em primeiro lugar, a necessidade de uma maior presença atuante da Igreja na sociedade: o episcopado deseja efetivamente ter um papel de liderança entre o povo brasileiro. Em segundo lugar, e como decorrência desse princípio, a Igreja dispõe-se a colaborar efetivamente com o governo para manter a ordem e a autoridade constituída na sociedade brasileira.. Essas ideias encontram acolhida favorável por parte do governo, que percebe na Igreja uma valiosa força auxiliar na contenção dos movimentos revolucionários que começam a eclodir nesse período. Desse modo, esse decênio marcará também o reatamento efetivo das relações entre Igreja e Estado no Brasil, num desejo de mútua colaboração.” (Azzi, 1977, p.63)

A Restauração Católica, de acordo com o que Azzi (1977) escreveu, descreve um período de reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, no qual os líderes eclesiais buscavam ter maior influência na sociedade e oferecer apoio ao governo. A Igreja, desejando assumir um papel de liderança, passou a ser vista pelo governo como um aliado importante na contenção de tensões sociais e na manutenção da estabilidade política. Essa parceria foi vantajosa para ambos, com a Igreja fortalecendo sua presença social e o governo encontrando na Igreja um suporte para controlar os desafios de ordem e segurança no Brasil daquele período.

O historiador Edgar da Silva Gomes analisa como, durante a República Velha, a Igreja Católica buscou demonstrar sua influência junto à população, estabelecendo uma "moeda de troca" com o Estado. Gomes (2008) explica que a lealdade dos fiéis às diretrizes do episcopado era utilizada pela Igreja como prova de sua influência sobre a população, um recurso valioso nas negociações com o Estado:

“A adesão dos católicos às propostas do governo diocesano ocasionaria a existência no que Weber designou de “determinação mínima de vontade de obediência”, ou seja, de interesse (externo e interno) em obedecer. Essa vontade de obediência, quando realizada, tornou-se essencial ao exercício da autoridade episcopal transformando-a em moeda de troca do episcopado com o Estado, simbolicamente a Igreja tentou demonstrar aos governantes do país que ainda exercia forte influência sobre a população. Sendo assim, os partidos políticos em disputa pelo poder numa República Velha em de integração, “aceita” a sacralização do Estado proposta pela Igreja considerando-se que o país ainda era predominantemente católico fazendo assim uma aliança pragmática entre os poderes temporal e espiritual retomando a velha prática mesmo que com roupagens novas.” (Gomes, 2008,p. 109)

Demonstrando que ainda exercia um papel relevante na vida da maioria dos brasileiros, a Igreja conseguiu estabelecer uma espécie de "moeda de troca" com o Estado, buscando benefícios e apoio político. Os partidos políticos, por sua vez, interessados em obter apoio popular em um país majoritariamente católico, aceitaram essa influência religiosa. Essa dinâmica resultou em uma nova forma de aliança entre Igreja e Estado, que, mesmo se adaptando aos tempos republicanos, reviveu práticas tradicionais de cooperação entre os poderes religioso e político.

O Estado laico reconheceu e admitiu o ensino confessional e as escolas católicas como espaços importantes para a disseminação da educação cívica, assentada no lema republicano "Ordem e Progresso" (Junior, p.83). Essa colaboração entre Estado e Igreja visava direcionar a vida social, política e religiosa da população brasileira.

Dessa forma, durante a República, além de utilizar a palavra escrita e falada por meio de livros, jornais e publicações da Igreja, também se recorreu ao uso de símbolos. O historiador José Murilo de Carvalho em seu livro "A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil", argumentou que:

"A junção da doutrina comtista com a visão estratégica dos ortodoxos desses positivistas (...) tinha de se basear no convencimento, impunha-se o uso de símbolos. Em primeiro lugar, sem dúvida, a palavra escrita e falada. Dela fizeram uso abundante em livros, jornais, publicações da Igreja, conferências públicas. Era sua arma principal de convencimento dos setores médios. Mas empregaram também o simbolismo das imagens e dos rituais, especificamente tendo em vista o público estratégico, as mulheres e os proletários, menos afetos, ao menos no Brasil, à escrita." (Carvalho, 1990, p.139-140)

A citação de José Murilo de Carvalho se refere a como os positivistas brasileiros, influenciados pela doutrina de Auguste Comte, combinaram elementos dessa filosofia com estratégias específicas para disseminar suas ideias na sociedade. A doutrina comtista, conhecida como positivismo, defendia a organização da sociedade com base na ciência e na

racionalidade, promovendo o lema “ordem e progresso” (Costa, 2010). No Brasil, os positivistas viam essa doutrina como um guia para o desenvolvimento social e político.

Para os positivistas ortodoxos, que seguiam fielmente os preceitos de Comte, era essencial utilizar métodos de comunicação além do debate racional puro. Por isso, adotaram amplamente a "palavra escrita e falada" como instrumentos de convencimento, publicando livros, jornais e organizando conferências públicas.

Além disso, os positivistas entenderam que, para alcançar grupos menos acessíveis pela escrita, como mulheres e trabalhadores (proletários), era necessário usar símbolos e rituais que criassem uma conexão emocional com essas camadas da sociedade, a maioria das quais não sabia ler.

Nesse contexto, D. Sebastião Leme, segundo cardeal brasileiro, reacendeu a campanha quase extinta em favor do monumento ao Cristo Redentor. O decreto presidencial permitindo a construção da estátua no Corcovado indicava uma nova mentalidade, e embora tenha gerado protestos de pessoas que viam isso como uma derrogação à neutralidade do Estado, a colaboração entre a Igreja e o governo se tornou evidente:

"Chegando ao Rio, D. Sebastião reencetara a campanha quase extinta pró-monumento ao Cristo Redentor, e no ano do Centenário, promovera aquele "plebiscito em favor de Nosso Senhor Jesus Cristo" que fora o Congresso Eucarístico do Rio. A presença ostensiva da senhora do Presidente da República às cerimônias e sessões do Congresso Eucarístico, e mais ainda o decreto presidencial permitindo a ereção da estátua de Cristo no Corcovado eram índices de uma nova mentalidade. A assinatura desse decreto, atrairia, aliás, sobre o Presidente da República, muitos telegramas e cartas de protestos, enviados de vários pontos do país, por pessoas que consideravam o ato do Executivo uma derrogação à neutralidade do Estado " soas que consideravam o ato do Executivo uma derrogação à neutralidade do Estado ". SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina, O cardeal Leme, Rio de Janeiro, 1962, 170 (AZZI, 1977, p.68)

Assim, ao longo da República Velha, a Igreja Católica conseguiu manter e até ampliar sua influência, adotando uma estratégia de colaboração com o governo e adaptando sua estrutura e atuação às necessidades de um Brasil republicano e em transformação. A "Restauração Católica" foi um reflexo desse esforço, mostrando como a Igreja, mesmo após a separação oficial, encontrou maneiras de se reposicionar na sociedade e no cenário político do país.

A REAÇÃO PROTESTANTE À CONSTRUÇÃO DO CRISTO REDENTOR

A construção do Cristo Redentor, que hoje é um dos maiores símbolos do Brasil, não foi inicialmente um consenso entre os cristãos da época. Muito pelo contrário, sua concepção em 1923 provocou intensas controvérsias religiosas, especialmente entre protestantes e católicos. Para além de ser um mero projeto arquitetônico, o monumento tornou-se um campo de batalha espiritual, e figuras de destaque, como o influente pastor presbiteriano Álvaro Reis, emergiram como vozes críticas contra a iniciativa.

Quadro III: Comparação das Visões Católicas e Protestantes sobre a Construção do Cristo Redentor.

Aspecto	Visão da Igreja Católica	Visão dos Protestantes
Construção do Cristo Redentor	Considerado uma expressão de fé e um símbolo da presença católica no espaço público brasileiro.	Visto como uma imposição dos valores católicos e um símbolo da dominação religiosa.
Uso de Imagens Religiosas	As imagens são uma forma de devoção e uma tradição da fé católica.	Rejeição ao uso de imagens, interpretando como contrário aos princípios da Reforma Protestante.

(Continuação Quadro III):

Aspecto	Visão da Igreja Católica	Visão dos Protestantes
Papel da Igreja no Estado	Tentativa de reaproximar-se do Estado e fortalecer sua influência na sociedade.	Preocupação com a liberdade religiosa e com a independência de princípios cristãos protestantes.
Reação ao Projeto	Apoio ao monumento como símbolo de fé nacional e reafirmação da presença católica.	Críticas públicas, como as de Álvaro Reis, apontando para a subjugação espiritual e desvios dos princípios cristãos.
Interpretação da Perseguição	A construção do monumento é uma forma de reafirmação em período de desafios à hegemonia católica.	Sentimento de perseguição e resistência ao que era percebido como hegemonia católica.

Como o Quadro 3 ilustra, a construção do Cristo Redentor foi marcada por um profundo desacordo entre as duas principais vertentes cristãs do Brasil. A Igreja Católica buscava reafirmar sua posição na sociedade brasileira por meio da construção do monumento, enquanto os protestantes viam essa iniciativa como uma tentativa de imposição simbólica dos valores católicos sobre um país em transformação. Essa divergência reflete a complexidade das disputas religiosas da época, em um contexto de crescente secularização e mudanças sociais significativas.

Visto isso, Reis, com sua eloquência e autoridade no meio evangélico, via o Cristo Redentor como um símbolo da dominação católica e uma afronta aos princípios da fé protestante, que desde a Reforma lutava contra o uso de imagens religiosas. Suas palavras reverberaram em jornais da época, e sua oposição tornou-se emblemática de uma resistência mais ampla à imposição de símbolos católicos no espaço público brasileiro. Mas o que exatamente motivava essa resistência, e até que ponto essas disputas refletiam as profundas divisões religiosas do Brasil no início do século XX? O pastor Álvaro Reis foi um dos protagonistas

desse embate, e suas críticas à construção do monumento ajudam a desvendar uma época de tensões e rivalidades que moldaram a cultura religiosa do país.

No centro dessa controvérsia, Reis publicou um texto intitulado O Cristo do Corcovado na aba “A Pedidos” do periódico O Jornal, uma crítica incisiva à ideia da construção do Cristo no Corcovado. Em suas palavras:

“Os povos protestantes attestam pela sua extraordinaria cultura moral e social que- quanto mais evangelico fôr um povo- tanto mais independente, justo e patriota elle será! O verdadeiro christão- redimido por Christo do maldito esclavagismo do pecado- dirá sempre com S. Paulo: ‘Eu DE NINGUEM ME FAREI ESCRAVO!’” (Álvaro Reis, 1923).

Essa declaração reforça a visão de Reis de que a construção do Cristo representava um tipo de subjugação espiritual que contrariava os princípios de independência e pureza moral defendidos pela fé protestante. Ele considerava a iniciativa católica uma afronta ao cristianismo autêntico, pois, para ele, a imagem no alto do Corcovado refletia uma imposição dos valores católicos sobre a população.

Álvaro Reis, como pastor presbiteriano, tinha grande relevância no cenário religioso da época. Segundo Ribeiro (2006, p.37):

“A mudança de Álvaro Reis para o Rio de Janeiro, à frente da grande igreja da Capital, levou-o a sentir necessidade de um órgão de expressão. Então ele cria o jornal O Puritano, o qual dirigiu por 23 anos, em fevereiro de 1922, tornou-se órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil”.

A importância de Reis, tanto como líder religioso quanto como editor de um veículo de expressão protestante, deu-lhe uma voz de destaque nas discussões religiosas da época. O jornal O Puritano permitiu que ele difundisse amplamente suas opiniões, e sua oposição ao Cristo Redentor foi uma das principais bandeiras de sua trajetória.

A perseguição católica sobre os protestantes também influenciou o tom de sua crítica. Como descrito por Ribeiro (2006, p.38), “Por causa da perseguição da Igreja Católica Romana havia, entre os crentes, então, desânimo e alguns dos mais corajosos, como temiam ser

apontados a dedo como, bíblias, termo que possuía significação pejorativa.” Além disso, Reis também oferecia espaço para leigos expressarem suas preocupações através do jornal. “O pastor Álvaro Reis faculta a esses leigos as colunas de seu jornal (...)" (Ribeiro, 2006, p.39).

Rodrigo Alvarez, em sua biografia sobre o Cristo Redentor, destaca como a oposição dos protestantes foi uma das críticas mais insistentes contra o projeto. Ele menciona que:

“Está surgindo também um ataque que será o mais insistente: o dos evangélicos. Mesmo sendo cristãos, não querem ver o Cristo no alto do morro. Pois, historicamente, o ataque ao uso de imagens foi um dos mais violentos de protestantes contra católicos, desde que Martinho Lutero começou a denunciar a venda de perdão lá no século XVI” (Alvarez, 2021).

Esse ataque refletia uma tradição de desconfiança protestante em relação ao uso de imagens religiosas, algo que se aprofundou desde o início da Reforma Protestante.

Um exemplo citado por Alvarez (2021) revela a força da crítica evangélica: “Agora, um certo religioso que escreve a Coluna Evangélica no Correio da Manhã argumentou que o profeta 'Moisés proibiu fazer imagens', e que isto, por si só, seria uma prova de mau cristianismo por parte dos católicos.” Essa oposição é vista como um marco de longo alcance. Alvarez afirma: “A revolta contra a imagem de Cristo Redentor no Rio será o marco inaugural de um ódio longo de evangélicos contra católicos” (Alvarez, 2021).

Essa tensão entre protestantes e católicos no contexto da construção do Cristo Redentor mostra como a controvérsia sobre o uso de imagens religiosas era um ponto de atrito persistente entre as duas tradições cristãs. Álvaro Reis, com sua voz forte e influente, simboliza a resistência evangélica àquilo que era percebido como uma hegemonia católica, enquanto os debates públicos em torno do monumento revelam as profundas divisões religiosas que marcaram o Brasil nos anos 1920.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, especialmente durante a República Velha, foi marcada por um entrelaçamento complexo de tensões e colaborações, que moldaram a dinâmica religiosa e política do país. A controvérsia em torno da construção do Cristo Redentor evidencia o esforço da Igreja em fortalecer sua influência em um contexto de crescente secularização e pluralismo religioso. Mais do que um simples ato de fé, o projeto do monumento no Corcovado tornou-se um símbolo da tentativa da Igreja de reafirmar sua presença na sociedade brasileira, buscando uma maior aproximação com o Estado.

Nos anos 1920, a Igreja Católica deu início a uma "Restauração Católica", um movimento estratégico de reaproximação com o Estado, visando consolidar sua influência e se posicionar como uma aliada na manutenção da ordem e da estabilidade política em meio às transformações sociais e políticas do Brasil. O crescimento urbano, a industrialização e as mudanças nos padrões de vida criaram um novo cenário, em que a Igreja precisou adaptar-se para preservar sua relevância. Nesse processo, a criação de novas dioceses e a cooperação com autoridades locais se tornaram práticas comuns, destacando um esforço deliberado para se adequar aos novos tempos.

Entretanto, a construção do Cristo Redentor gerou intensas controvérsias entre cristãos. Desde sua concepção em 1923, o projeto enfrentou forte resistência de grupos protestantes, como o pastor presbiteriano Álvaro Reis, que via a estátua como um símbolo de dominação católica, em contraste com os princípios da fé protestante, historicamente contrários ao uso de imagens religiosas. Reis argumentava que o monumento representava uma forma de subjugação espiritual, desrespeitando a independência moral defendida pelos protestantes. Suas críticas ganharam destaque em jornais e publicações, refletindo um descontentamento mais amplo contra o que era percebido como uma imposição dos valores católicos.

O contexto histórico mostra que as igrejas protestantes enfrentavam um ambiente hostil, marcado por perseguições por parte da Igreja Católica. Nesse cenário, líderes como Álvaro Reis tornaram-se figuras centrais na resistência, utilizando sua liderança e o jornal O Puritano como plataformas para articular uma oposição organizada. Essa resistência não era apenas local, mas parte de um conflito histórico que remonta à Reforma Protestante, como ressaltado por Alvarez (2021). Para os protestantes, o Cristo Redentor simbolizava mais uma tentativa

da Igreja Católica de se impor em espaços públicos, utilizando argumentos teológicos, como a proibição mosaica de imagens, para justificar sua oposição.

A revolta contra a construção do Cristo Redentor, segundo Alvarez (2021), marcou o início de uma hostilidade duradoura entre protestantes e católicos no Brasil. A oposição pública em 1923 não era apenas uma discordância pontual, mas refletia uma resistência cultural e religiosa mais profunda dos protestantes contra a hegemonia católica, evidenciando a disputa por espaço e reconhecimento em uma sociedade predominantemente católica.

Desse modo, o posicionamento das igrejas cristãs não católicas em relação ao Cristo Redentor revela uma controvérsia enraizada em diferenças teológicas. A atuação de Álvaro Reis e a criação de veículos de expressão, como O Puritano, foram fundamentais para dar voz a essa resistência, em um contexto de perseguição e de esforço para manter a identidade doutrinária protestante. A análise das críticas e reações à construção do Cristo Redentor demonstra que, para os protestantes, a presença de uma imagem monumental de Cristo no Corcovado representava mais do que uma questão de fé: era também uma batalha por visibilidade e reconhecimento em um Brasil predominantemente católico.

Assim, a construção do Cristo Redentor simbolizou não apenas um ato de devoção, mas uma estratégia da Igreja Católica para recuperar e expandir sua influência em um cenário desafiador. A colaboração com o Estado e o uso de símbolos e rituais foram instrumentos para reforçar a conexão emocional com a população, garantindo sua relevância. A trajetória da Igreja Católica no Brasil durante esse período reflete, portanto, um esforço contínuo de adaptação e reconfiguração de sua atuação, ao mesmo tempo em que expõe as complexas relações entre o sagrado e o profano e as divisões religiosas que marcaram o Brasil no início do século XX.

REFERÊNCIAS

- CHAUI, M. *Vida e obra*. In: *Voltaire*. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BARROS, Sergio Miceli P. de. *A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)*. [S. l.: s. n.], 1985.

- JÚNIOR, José Pereira de Sousa. O Processo de Restauração Católica no Brasil na Primeira República. *Fato & Versões: Revista de História*, [S. l.], p. 80-103, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1604>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- GOMES, Edgar da Silva. A Reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930). *Revista de Cultura Teológica*, [S. l.], p. 95-110, 27 fev. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15628/11657>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- AZZI, Riolando. “O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930.” São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. “A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil.” São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 142.
- "COSTA, M. C. C. Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. 4. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Moderna, 2010."
- RIBEIRO, Ademir. Álvaro Reis- Pastor, Pregador e Polemista: Uma breve análise sobre seu Discurso. [S. l.: s. n.], 2006.
- ALVAREZ, Rodrigo. Redentor: A biografia do Cristo de braços abertos, ilustre morador do Corcovado, orgulho do Brasil, maravilha do mundo. [S. l.: s. n.], 2021.